CONSELHEIRO LAFAIETE
ADMINISTRAÇÃO PROGRESSISTA
GOVERNO PARTICIPATIVO

LEI Nº 4.262/98

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. A Lei Orçamentária para o exercício de 1999 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Lei Orgânica e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que couber.

Art. 2°. As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei, e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas ficais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1°. As receitas de impostos e taxas terão por base os valores do orçamento de 1998, levando-se ainda em conta:

I - a expansão do número de contribuintes;
II - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2°. Os valores das parcelas a serem transferidas pelos Governos Federal e Estadual serão fornecidos por órgãos competentes do Governo do Estado, até o dia 15 de agosto de 1998.

§ 3° As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior são constantes no art. 158 a 159, I, b, c, e II , parágrafo 3°. da Constituição Federal.

Art. 3°. As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídos segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até o dia 30 de agosto a previsão orçamentária de suas despesas acompanhada do quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

Art. 4°. À manutenção e desenvolvimento do ensino, será destinada parcela de recursos não inferior a 30% (trinta por cento) da receita de impostos, inclusive as transferências dos Governos do Estado e da União, resultantes de suas receitas de impostos, artigo 212 da CF e 159, parágrafo 3° da LOM.

§ 1°. As parcelas transferidas pelas esferas de governo mencionadas no artigo, serão as referidas no artigo 2°., parágrafo 3°., desta Lei.

§ 2°. Das receitas, impostos e transferências, o Município não gastará menos de 15% (quinze por cento) com o ensino fundamental, de 7% (sete por cento) no pré-escolar, creches, 2° grau, superior, bolsas, transporte, etc.

§ 3°. Serão destinados também, à manutenção e desenvolvimento do ensino 30% (trinta por cento) das parcelas transferidas pelo Governo da União e do Estado provenientes do recebimento de antigos impostos inseridos em suas competências tributárias, respectivas, como:

I - Imposto sobre transporte;
II - Imposto único sobre minerais;
III- Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

Art. 5° O montante das despesas na área de saúde não será inferior a 10% (dez por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

Art. 6° Até a promulgação da Lei Complementar n° 82/95, que regulamentou o art. 169 da Constituição Federal, o Município não despenderá com pessoal, parcela de recursos superior a 60% (sessenta por cento) das respectivas receitas correntes.

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas com pessoal, referidas no artigo abrangerão:

I - o pessoal ativo e inativo do Poder Legislativo;
II - o pessoal do Poder Executivo incluindo-se aposentados e pensionistas e do pessoal ocupado na manutenção e desenvolvimento do ensino a que se refere o artigo 4°. desta Lei.

Art. 7°. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, através de balancetes, com o percentual da receita corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 8° A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependente da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa e/ou "ad referendum" da Câmara.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos financeiros referidos no artigo são os provenientes de:

I - Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes do excesso de arrecadação;
III. - os provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos autorizados em Lei;
IV- O produto de operações de crédito autorizada em forma juridicamente possível ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 9°. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, através de abertura de crédito suplementar, destinar-se-á à manutenção e desenvolvimento do ensino, parcela de 30% (trinta por cento) proporcional ao excesso de arrecadação utilizado.

Art. 10. Quando a rede oficial de ensino fundamental for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para atendimento ao educando carente de recursos, pelas Escolas Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas, de acordo com as disposições do art. 209, da Lei Orgânica do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município poderá celebrar convênio com a Secretaria de Educação do Estado para melhorias do ensino.

Art. 11. A manutenção da bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei Complementar.

Art. 12. Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas de Utilidade Pública no Município e dedicadas ao ensino, à saúde, à assistência social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais, as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

Art. 13. A Lei do Orçamento garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 14. A Lei só contemplará dotação para início de obras, após garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos com a Previdência Social.

Art. 15. Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receitas, quando se configurar iminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento da Folha em tempo hábil.

§ 1°. A contratação de operação de crédito para fins específicos somente se concretizará se os recursos destinarem a programas de excepcional interesse público, observados os limites estabelecidos nos artigos 165, parágrafo 8°. e 167, III da Constituição Federal.

§ 2°. Em qualquer dos casos a operação de crédito depende de prévia autorização legislativa.

Art. 16. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária/financeira e precedidas do respectivo processo licitatório, quando obrigatório, nos termos da Lei n°. 8666, de 21 de junho de 1993, e modificações.

Art. 17. Cria previsão orçamentária para o Fundo Municipal de Habitação, e dotação para o JEM (Jogos Estudantis Mineiro).

Art. 18. O orçamento de 1999 poderá sofrer atualização, monetariamente, nas suas respectivas dotações, de conformidade com o índice oficial, à época da correção.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE AOS 02 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1998.

Dr. VICENTE DE FARIA PAIVA
Prefeito Municipal

Dr. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS CHAGAS
Procurador Municipal